

Ass. Comp.
**Arinos diz que maioria
 de sua comissão quer o
 regime parlamentarista**
 - 8 JAN 1986

ANC CPEC
X

O presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Melo Franco, disse que a maioria de seus integrantes é a favor do sistema parlamentarista, com eleição direta do presidente da República — que teria atribuição de Chefe de Estado, responsável pela estabilidade das instituições — e a escolha, pelo Congresso Nacional, do presidente do Conselho de Ministros, que seria o Chefe do Governo.

Arinos fez a declaração ao instalar, na sede do Banco Central no Rio, os dez Comitês Temáticos nos quais se dividirão os 50 integrantes da comissão que vai elaborar o anteprojeto de Constituição, a ser remetido à Assembléia Constituinte como contribuição do Executivo. Acrescentou que a definição de capítulos como os dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da organização partidária está subordinada à questão do sistema de governo, se presidencialista ou parlamentarista.

A favor

— Sou a favor do parlamentarismo — disse Arinos — porque se o parlamento passar a ter mais atribuições, vai diminuir a corrupção no país. A competência não só do Presidente da República, como do Supremo Tribunal Federal, sobretudo no que se refere aos recursos extraordinários. O Congresso agiria como fiscal do presidente do Conselho de Ministros.

Ele definiu o encontro de ontem como “uma reunião coletiva e não plenária”. Cada integrante da comissão se inscreveu no Comitê Temático de sua escolha. Cada Comitê elegeu um coordenador e um relator e terá prazo até o dia 30 para apresentar relatório.

Os relatórios de cada Comitê serão discutidos pelo plenário da Comissão de Estudos Constitucionais. Depois, uma comissão dará forma jurídica às propostas. O Comitê coordenado pelo ex-Senador Mário Martins, o número 1, que discutirá os princípios fundamentais da ordem constitucional, decidiu incluir em seu relatório a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, de 4 de julho de 1976, elaborada pelo jurista Edgard de Godoy da Mata Machado.

“É importante que essa declaração seja incluída na Constituição. Muita gente não a conhece”, disse o professor Edgard da Mata Machado, cujo filho morreu de tortura, na época da ditadura militar. “Já trabalhamos muito pela subversão, mas agora pela Constituição”, disse, sorrindo.

“Esta é a primeira Constituição civilista que o Brasil terá. Pela primeira vez, o povo participa de uma Constituição”, disse Mário Martins, também favorável ao regime parlamentarista, que em sua opinião impede decisões autoritárias, como o recente pacote econômico do Imposto de Renda.

“Ninguém é obrigado a cumprir uma lei para a qual não contribuiu. É preciso que a Constituinte reveja esse aspecto econômico”, disse Mário Martins. “É preciso, antes de mais nada, explicar ao povo o que é parlamentarismo, sobretudo o povo que ainda não tem definido o retrato da nação, que atualmente vive num sistema em transformação, com resquícios do regime militar.”

O secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, declarou que de seus contatos com os componentes já identificou uma tendência: o anteprojeto terá forte conteúdo social, com propostas inovadoras de controle do Estado pela sociedade, maior justiça social, fortalecimento da cidadania e a descentralização.

Os temas de cada comitê foram assim distribuídos: Comitê 1, Princípios Fundamentais da Ordem Constitucional; Organização Internacional e Declaração de Direitos; 2 — Federação e Organização Tributária; 3 — Poder Legislativo e Organização Partidária; 4 — Poder Executivo; 5 — Poder Judiciário e Ministério Público; 6 — Educação, Cultura e Comunicações; 7 — Condições Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia; 8 — Ordem Econômica; 9 — Ordem Social; 10 — Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas.

Ontem, os dez comitês se reuniram e os de números 1, 2, 3, 4 e 5 escolheram seus coordenadores; 1 — ex-Senador Mário Martins; 2 — o Assessor Especial da Presidência da República, Célio Borja; 3 — o jurista Paulo Brossard, que também é o coordenador do Comitê; 4 e 5 — o jurista Miguel Reale.

Segundo Vânia Santayana, assessora de apoio de imprensa da Comissão, cerca de 10 mil cartas e abaixo-assinados do Rio e do Brasil foram enviadas à comissão, com sugestões. Cerca de 134 cartas foram selecionadas para estudo dos comitês.